

d) Estou ciente que o serviço regular em operação consiste em disponibilizar o serviço público de transporte de passageiros adequado aos usuários, acessível a toda a população mediante pagamento individualizado, com itinerários e preços fixados pelo poder público, prestado de forma direta, indireta ou por gestão associada, na forma estabelecida na Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e na Portaria Interministerial MDR/MMFDH nº 9, de 26 de agosto de 2022; e) Respeitarei o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados com a SIE na forma do art. 5º, §4º, II da Emenda Constitucional nº 123/2022, ao art. 8º, II, da Portaria Interministerial do MDR/MMFDH nº 9/2022, e em observância ao disposto na Lei nº 12.587/2012; e f) Todas as informações prestadas e fornecidas pela operadora ao Estado são verídicas, tendo plena ciência de que a eventual falsidade dos dados prestados fica sujeita às sanções penais e administrativas do ordenamento legal vigente.

(Local, data)

(Nome e assinatura do representante legal do proponente)

#### ANEXO II MINUTA

\_\_\_\_\_, 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO PROVISÓRIO ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.951.229/0001-76, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE – SIE, localizada na Rua Tenente Silveira, nº 162, Edifício das Diretorias, Centro, nesta Capital, doravante denominada SECRETARIA, neste ato representada pelo titular da Pasta, Sr. XXXXXXXXXX e, de outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, localizada na Rua \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ (SC), neste ato representada pelo seu \_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_ (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), portador do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, neste ato denominada OPERADORA, subscrevem o presente **XXº TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO PROVISÓRIO** de acordo com as cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A OPERADORA receberá da SECRETARIA, a título de repasse dos recursos advindos do Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas no Transporte Público Coletivo Urbano previsto na Emenda Constitucional nº 123, de 14 julho de 2022, e Portaria Interministerial nº 9/2022 dos Ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), de 26 de agosto de 2022, a quantia de R\$ xxxxx (xxxxx).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Os recursos tratados na Cláusula Primeira visam, exclusivamente, equilibrar a equação econômico-financeira dos Termos de Compromisso Provisórios, bem como garantir a modicidade tarifária, conforme cálculo e condições a serem estabelecidos pela Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARES.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O cálculo do valor, seu recebimento, a aplicação e todos os demais aspectos relativos aos recursos advindos do Auxílio Emergencial à Gratuidade dos Idosos observarão o disposto na Instrução Normativa SIE - nº xxx/2022.

E por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos legais, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

XXXXXXXXXXXX

Representante da empresa operadora

XXXXXXXXXXXX

Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade

#### ANEXO III - NOTA TÉCNICA

METODOLOGIA DE CÁLCULO DE REPASSE PARA AS OPERADORAS DO TRANSPORTE URBANO DOS RECURSOS FEDERAIS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 123/2022

#### 1. OBJETIVO

Elaborar uma metodologia objetiva para repartição, entre as operadoras do Transporte Público Intermunicipal de característica urbana, dos valores captados junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) provenientes da Emenda Constitucional 123/2022.

#### 2. DA IDENTIFICAÇÃO DAS OPERADORAS

Levantou-se no cadastro da SIE, no dia 31 de agosto de 2022, a listagem das linhas registradas e suas respectivas operadoras, naquela data, classificadas como Serviço Urbano. Considerou-se, então, todas as localidades no registro de cada linha para identificar todos os municípios por elas atendidas.

#### 3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Para chegar ao método de cálculo foram levantadas pela equipe técnica (ARES, SIE e SUDERF) as mais diversas variáveis que influenciassem de forma diretamente e proporcional, o modelo matemático a ser desenvolvido, que tivessem relação com o objeto da Emenda Constitucional 123/2022 - recursos advindos da União para Auxílio Emergencial à Gratuidade dos Idosos.

A variável que gera maior impacto no preço global da tarifa e que está correlacionada com o preço dos combustíveis (principal custo a ser mitigado pela EC 123/2022) para operar os ônibus é o percurso percorrido.

Para efeitos de cálculo de quilometragem de cada operadora serão considerados os certificados das linhas com seus respectivos quadros de horários e sua projeção de viagens ao longo de 1 (um) ano. Cabe ressaltar que as linhas com regime de operação SELETIVO serão desconsideradas no critério de cálculo por não aplicarem a lei nacional de gratuidade do idoso para o transporte urbano. Para cada operadora será considerado um coeficiente de participação relacionando seu percurso anual ao somatório dos percursos anuais de todas as operadoras. Esta relação será utilizada como referência sobre o valor total arrecadado por Santa Catarina para distribuição dos recursos para as operadoras, conforme fórmula a seguir:

$$VRep_o = \left( \frac{Perc_o}{\sum_1 Perc_o} \right) \times RepTotal$$

Em que:

VRep.: Valor de repasse para Operadora o (R\$);

Perc.: Percurso Total das linhas da Operadora o (km);

RepTotal: Valor total repassado para Santa Catarina (R\$).

n: quantidade total de Operadoras abrangidas pelo repasse em Santa Catarina.

Cod. Mat.: 902832

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE  
ORDEN DE SERVIÇO / SIE Nº 074/2023. DESTINATÁRIO: EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA. ASSUNTO: PROCESSO 12222/2023. SUPORTE LEGAL: PARÁGRAFO 3º DO ART. 11 DO DECRETO 12.601 DE 06/11/1980. DELIBERAÇÃO: Autorização para que esta transportadora proceda com a retirada da restrição das seções Balneário Camboriú, Itajaí, Pícaras, Barra Velha e Joinville, mantendo restrição entre as seções Itapema e Balneário Camboriú na linha 149-1 Criciúma/Joinville. Solicitada durante período de ajuste operacional objetivando a regularização das concessões das linhas de transporte intermunicipal, conforme constante no processo SIE 35589/2021. FERNANDO CESAR SOUZA. GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL  
Cod. Mat.: 902623

## Proteção e Defesa Civil

PORTARIA Nº 129 de 05/04/2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, de acordo com a delegação de competência conferida nos Incisos I e III, § 2º, Art. 106, da Lei Complementar 741, de 12 de junho de 2019, **RESOLVE**: Autorizar o servidor Norberto Guilherme Blitzkow Junior – Consultor Executivo, matrícula 0714.646-9-01, CNH 01986215714, CATEGORIA B, a conduzir veículos oficiais da Secretaria da Proteção e Defesa Civil a contar de 01/03/2023.

LUIZ ARMANDO SCHROEDER REIS

Secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil

Cod. Mat.: 902524

## Saúde

PORTARIA nº 292 de 12/04/2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art. 106, § 2º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 741 de 12 de junho de 2019 e conforme o Art. 4, inciso II, do Decreto nº 1.860/2022, resolve **DESIGNAR**, de acordo com o art. 38, da Lei nº 6.745/85, conforme processo nº SES 74129/2023, MARTA MITTERER, matrícula nº 0264727-3-02, para responder pelo expediente da **Gerência Administrativa do Hospital Governador Celso Ramos**, a contar de 01/02/2023.

CARMEN EMILIA BONFA ZANOTTO

Secretária de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 902674

PORTARIA nº 249 de 10/04/2023

A CORREGEDORA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 292/2020, resolve: AFASTAR, o servidor P.S. de S., no cargo de Técnico em Enfermagem matrícula nº 0622486-5-02, com atribuição de exercício no Hospital Waldomiro Colautti, com fundamento no Art. 76 da Lei Complementar 491/2010, em face da instauração do Processo Administrativo Disciplinar SES 175751/2022. O servidor afastado deverá, de forma obrigatória e impreterível, ficar à disposição do órgão ao qual é vinculado, bem como da Comissão Processante

durante o horário normal do expediente, em local certo e conhecido, a contar de 10/04/2023, em consonância com o §2º do Art. 76 da Lei Complementar n. 491/2010. A duração do afastamento é de sessenta (60) dias, podendo ser prorrogado uma única vez por igual prazo.

FLORA PAULESKY JULIANI DE ARRUDA  
CORREGEDORA

Cod. Mat.: 902754

PORTARIA nº 250 de 12/04/2023

A CORREGEDORA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 292/2020, resolve: TORNAR SEM EFEITO conforme processo SES 175751/2022 a Portaria nº 248 publicada em 11/04/2023. FLORA PAULESKY JULIANI DE ARRUDA  
CORREGEDORA

Cod. Mat.: 902758

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 256705/2022** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa A VIEIRA SERVIÇOS, CNPJ nº 09.181.312/0001-13 a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 300,00 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 26818/2022 – Edital nº 2438/2021.

Cod. Mat.: 902488

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 46457/2023** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa COMERCIAL KS EIRELI, CNPJ nº 33.668.279/0001-35 a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 489,60 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 2798/2023 – Edital nº 401/2022.

Cod. Mat.: 902491

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 25460/2023** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa NOVARTIS BIOCÊNCIAS S/A, CNPJ nº 56.994.502/0027-79 a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 16.806,04 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 32291/2022 – Edital nº 40/2022.

Cod. Mat.: 902530

Extrato de Termo de Compromisso do Programa “Novos Valores”, referente ao projeto atividade nº 4617 da Secretaria de Estado da Saúde, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012 de 25.01.2012. **Estagiário: 1. Renan Willian Alves Camargo**; Termo de Compromisso nº 12/2023; Data de Início: 10/04/2023; Valor R\$ 500,00; Lotação: Gerência Regional de Xanxerê. **2. Ana Julia Ferreira**; Termo de Compromisso nº 04/2023; Data de Início: 01/04/2023; Valor R\$ 500,00; Lotação: Hospital Santa Tereza. **3. Larissa Scarsanella Carvalho**; Termo de Compromisso nº 015/2023; Data de Início: 17/04/2023; Valor R\$ 500,00; Lotação: Diretoria de Atenção Primária a Saúde - DAPS.

Cod. Mat.: 902602

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa “Novos Valores”, referente ao projeto atividade nº 4617 da Secretaria de Estado da Saúde, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de 25.01.2012. **Estagiários: 1. Katrin Heloisa Pereira Savi Mondo**; Termo de compromisso nº 039/2021; Data de Rescisão: 04/04/2023. **2. Clara Nogueira Pacheco**; Termo de Compromisso nº 031/2022; Data de Rescisão: 13/04/2023.

Cod. Mat.: 902608

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2022TR001206.**

**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Fundação de saúde do Alto Vale do Itajaí, mantenedora do Hospital Regional Alto Vale, com sede no município de Rio do Sul. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2022TR001206 fica prorrogado até 31 de julho de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março